

## Réplica

### Reply

### Respuesta

Os problemas levantados pelos quatro comentários são muitos e de amplo significado e não é possível enfrentá-los aqui como merecem. Devo, portanto, limitar-me a selecionar alguns pontos e propor somente algumas breves e provisórias observações.

1 Concordo, totalmente, com a ideia de que seja urgente superar a sempre mais grave fragmentação, não só de saberes, mas também de elaborações teóricas, e inaugurar um novo período de sínteses conceituais *gerais* (e também de horizontes e esperanças *coletivas*). Em nome da assim chamada *morte das ideologias*, demasiadas vezes redefinidas como "grandes narrativas", nos foi declarada a necessária renúncia a uma impossível concepção coerente do mundo e, de fato, foi imposta, em muitas partes da Terra, *uma bem precisa ideologia*, funcional ao sistema de poder dominante: aquela do individualismo, da competição permanente, da fragmentação social e da ruptura das coesões e da solidariedade, isto é, o modelo de um mundo globalizado e constituído por infinitas pequenas e passivas solidões, incapazes de interpretar e contrastar os processos profundos que as envolvem.

2 Importante, parece-me, a sugestão da "socialidade" da natureza, que acredito possa ser trabalhada em dois sentidos. De um lado, cada indivíduo e cada comunidade percebe a natureza, da qual, por sinal, faz parte, com base na constituição do seu aparato sensorial e na sua própria corporeidade (cada um de nós, por exemplo, "vê" as cores), e a interpreta, a imagina, a vive com base nos modelos elaborados pela sua cultura e nas suas vicissitudes e experiências pessoais e coletivas: uma paisagem não existe "como tal". De outro lado, a relação do homem e da sociedade com a natureza circunstante é um relacionamento ativo, cujas diretrizes dependem da estrutura, das "necessidades" e das capacidades técnicas de cada sociedade: de tal forma, a maior parte da natureza é diretamente ou indiretamente "humanizada".

3 Creio que o alargamento da tríade biológico-social à tríade biopsicossocial possa ser utilmente considerado sobre o terreno operativo, para enfatizar o peso específico da subjetividade na condição humana: é importante, por exemplo, na etiologia médica e em toda política da saúde, e é justamente um grande problema o persistente atraso da nossa biomedicina, a este propósito, seja na formação universitária, seja na prática profissional. Aliás, a Organização Mundial da Saúde definiu, já em 1948, a saúde como "um estado de completo bem-estar físico, *mental* e social", mas não creio que, em termos rigorosos, a introdução de um terceiro elemento possa considerar-se teoricamente correta. O indivíduo biológico desenvolve-se num horizonte (social e natural) de situações e experiências que modelam sua própria corporeidade, e esse horizonte é percebido, vivenciado e elaborado, no indivíduo, por um complexo aparelho neuropsíquico, com raízes muito profundas, constituindo-se como a sua "subjetividade": a qual, todavia, não é "outra coisa", diferente do indivíduo corpóreo. Vale lembrar, aqui, a longa polêmica filosófico-científica contra a separação entre "corpo" e "alma". De toda forma,

como já mencionei, é muito importante *levar em conta*, na pesquisa e em qualquer ação que envolva os seres humanos, o peso da subjetividade.

Com certeza, os seres humanos são diferentes uns dos outros: não por razões metafísicas, mas porque - mesmo sem considerar as especificidades genéticas e as diversificações fenotípicas ligadas à diversidade de ambiente, de alimentação e de estilo de vida - nenhum percurso biográfico pode ser igual a outro. No processo de formação da nossa personalidade, portanto, cada um de nós vivencia e interpreta as experiências com base em uma especificidade ligada às características de nossa própria história individual.

4 Não creio que possamos, aqui, abrir uma discussão sobre os fundamentos da metodologia marxiana e tampouco sobre seus modelos (indubitavelmente multifatoriais) de análise interpretativa das sociedades. Mas gostaria de ressaltar que o conceito gramsciano de *hegemonia* quer somente significar que a produção de ideias - ou, se quisermos, de "novas ideias" -, e a capacidade de difundi-las num horizonte social mais amplo, se manifestam mais intensamente nos grupos colocados ativamente no centro dos processos de transformação e/ou que ocupam dentro da sociedade posições de privilégio e estão, portanto, em condições de realizar dinâmicas institucionais mais intensas de organização do consenso.

Por isso, a hegemonia é, *também*, um forte instrumento de poder: mais forte que a própria coação violenta, no conjunto dos processos do assim chamado controle social. Trata-se, portanto, de um conceito que, nas ciências humanas, não tem a ver somente com a situação da classe operária italiana no início do século XX, e, nem mesmo, num sentido restrito, somente com o conceito de "classe": tem a ver com a história inteira da humanidade, pelo menos desde quando as comunidades neolíticas mais desenvolvidas conseguiram influenciar culturalmente as vizinhas tribos paleolíticas, ou desde quando a Igreja na Alta Idade Média conseguiu, pelo menos parcialmente, "exportar" a ideologia cristã entre as populações urbanas e camponesas da Europa.

5 Talvez não tenha conseguido me expressar de forma clara quanto àquilo que concerne ao papel da psiconeuroendocrinologia: que é só *uma* das *muitas* diretrizes disciplinares que confluem na possível edificação de uma ciência humana unitária. Mas que possui o mérito de ter aclarado a natureza dos mais importantes *mecanismos* por meio dos quais o psiquismo influencia o sistema imunitário e, portanto, nossas defesas orgânicas, confirmando, dessa forma, *no terreno biológico*, as *modalidades* de uma conexão cuja existência havia sido há tempo empiricamente averiguada pela antropologia e pelas disciplinas psi.

Todas essas temáticas e a maioria dos temas que abordei no ensaio aqui apresentado remetem, aliás, a uma questão epistemológica mais geral, que envolve o próprio significado da antropologia e se manifesta de maneira bem evidente, quando os antropólogos põem, como objeto das suas pesquisas, justamente a biomedicina, isto é, para nós ocidentais, a *nossa* medicina (Seppilli T., *L'antropologia medica "at home": un quadro concettuale e la esperienza italiana*, e *Etnomedicina e antropologia medica: un approccio storico-critico*, ambos publicados no periódico "AM. Rivista della Società italiana di antropologia medica", respectivamente, no n.15-16, 2003, p.11-32, e n.21-26, 2006-2008, p.53-80).

Em que relação se colocam os dois "saberes", o antropológico e o da medicina, quando o objeto em discussão é a *patologia*? (ou melhor, os processos que, na nossa e em outras culturas, são, de uma forma ou de outra, considerados "doenças"). A interpretação bacteriana da peste é considerada pelos antropólogos da mesma forma que qualquer outra interpretação etiológica *emic*, como a atribuição a um castigo divino? A interpretação bacteriana, mesmo insuficiente, tem para a antropologia o mesmo valor que as outras? Ou este problema não nos interessa? E como resolver o problema na perspectiva de uma ciência humana unificada?

Mas este é um outro problema e penso deixá-lo para uma conversa futura.

Recebido em 04/01/10. Aprovado em 05/05/11.